

Joana Bouza Serrano

AS AVIS

As grandes rainhas que partilharam
o trono de Portugal na segunda dinastia

a esfera  dos livros

ÍNDICE

Rainhas de Portugal – A Dinastia de Avis	9
Filipa de Lencastre	13
Leonor de Aragão	89
Isabel de Lencastre	139
Joana de Castela	159
Leonor de Lencastre	175
Isabel de Castela	205
Maria de Castela	237
Leonor de Áustria	265
Catarina de Áustria	303
Anexos	351
Notas	357
Bibliografia	387

RAINHAS DE PORTUGAL A DINASTIA DE AVIS

Sob governo da dinastia de Avis o reino de Portugal esteve na vanguarda da História Mundial, protagonizando o início da expansão europeia e a construção de um império pluricontinental.

Durante este período sentaram-se no trono português oito reis, desde D. João I (1385-1433), em cujo reinado se iniciaram as viagens de exploração do Atlântico e as conquistas no Norte de África, até ao curto e dramático governo do cardeal D. Henrique (1578-1580), que acabaria por falecer sem nomear sucessor, passando a coroa portuguesa para o mais convincente dos pretendentes, Filipe II de Espanha.

Ao lado destes reis estiveram nove rainhas consortes, sendo que os dois últimos não casaram: D. Sebastião, recusando hipóteses de alianças matrimoniais, quer com a França, quer com a Casa de Áustria, partiu para Alcácer Quibir solteiro e sem descendência; e o cardeal D. Henrique, que ainda solicitou a dispensa dos votos eclesiásticos, vindo esta tentativa a ser bloqueada pela acção diplomática de Filipe II.

A dinastia forjou-se em plena guerra com Castela. D. João I, procurando reforçar uma aliança militar, económica e diplomática, escolheu uma princesa inglesa – Filipa de Lencastre, a primeira rainha consorte da Casa Real de Avis, que seria a mãe da *Ínclita Geração*.

Estabelecida a paz com o reino vizinho, D. Duarte teve como noiva Leonor de Aragão, infanta oriunda da família mais poderosa da Península Ibérica. Regente por indicação do marido durante a menoridade

do seu filho D. Afonso V, D. Leonor assinava «a triste rainha». Porém, mulher e estrangeira, os jogos de poder da corte levariam a que fosse substituída pelo cunhado, o infante D. Pedro.

Este, por sua vez, não perderia a oportunidade de sentar a sua própria filha no trono, casando-a com o rei D. Afonso V. Assim, D. Isabel de Lencastre assistiria, impotente, ao confronto entre o pai e o marido, morrendo muito jovem, sem ver crescer os seus filhos, o *Príncipe Perfeito* e a princesa Santa Joana.

Precocemente viúvo, D. Afonso V parecia determinado em não tornar a casar, canalizando todas as suas energias para a guerra santa com os mouros de África. Porém, o seu espírito cavaleiresco levá-lo-ia, duas décadas mais tarde, a aceitar um novo casamento com a sobrinha, Joana de Castela, procurando garantir-lhe o trono castelhano. Renegada pelo partido vencedor em Castela, Joana seria a principal vítima dos acordos de paz, acabando por perder, também, a coroa portuguesa.

D. João II casou muito jovem com a sua prima, D. Leonor de Lencastre. O único filho da rainha, o príncipe D. Afonso, morreu com dezasseis anos; um dos seus irmãos, D. Diogo, foi assassinado pelo próprio rei; e o mais novo, D. Manuel, seria o sucessor de D. João II.

Após a aliança inglesa e os casamentos com princesas da Casa de Avis, prevaleceram as ligações aos reinos ibéricos, visando garantir a paz. A insistência nos matrimónios entre as Casas reais peninsulares, que conduziria à União Ibérica, evidenciou-se a partir do reinado de D. João II, em que foi acordado o casamento do príncipe D. Afonso com D. Isabel, filha mais velha e possível herdeira dos *Reis Católicos*. O príncipe viria a falecer, e o trono recairia nas mãos de D. Manuel, que desposou a viúva do sobrinho. Após a morte de D. Isabel, em 1498, ao dar à luz D. Miguel da Paz – o pequeno príncipe que chegou a ser jurado herdeiro dos tronos de Portugal, Castela e Aragão –, D. Manuel contraiu matrimónio com a cunhada, D. Maria de Castela.

Anos mais tarde, de novo viúvo, D. Manuel desposou Leonor de Áustria, que estivera destinada ao filho, futuro D. João III – que, por sua vez, viria a casar com D. Catarina, a irmã de sua madrastra.

As duas últimas rainhas da dinastia, irmãs do imperador Carlos V e peças fundamentais na sua política, são exemplos da «sujeição do privado ao público nas relações familiares dos príncipes do século XVI»¹. D. Catarina viveu toda a infância com a mãe, Joana, *a Louca*, prisioneira no Castelo de Tordesilhas. Casou com o primo D. João III, em 1525, não chegando a cruzar-se na corte portuguesa com a irmã, D. Leonor. Esta, após a morte de D. Manuel, fora obrigada a deixar em Portugal a única filha, a infanta D. Maria, para casar, como reforço de mais uma aliança política, com o rei de França, Francisco I, o maior inimigo de seu irmão.

O destino das jovens era traçado pelos pais ou irmãos, sem ter em conta as suas inclinações. A princesa Santa Joana, filha de D. Afonso V, constituiu uma exceção, ao optar obstinadamente pela reclusão monástica, rejeitando todas as propostas de casamento.

Desde que nasciam, tornavam-se hipotéticos trunfos que poderiam ser jogados no momento mais conveniente. Em muitos casos, as infantas chegavam a ser prometidas em casamento desde a mais tenra infância, o que não impedia que os compromissos fossem mais tarde quebrados em prol de uma estratégia mais vantajosa.

Casavam, geralmente, muito jovens, incumbidas de dar herdeiros ao marido. Devido à implacável mortalidade infantil, e para tentar garantir que pelo menos alguns filhos alcançassem a idade adulta, os partos sucediam-se, muitas vezes até à exaustão. Na dinastia de Avis, três rainhas morreram ao dar à luz, ou com sequelas do parto – Isabel de Lencastre, Isabel de Castela e Maria de Castela.

A maternidade trazia as maiores alegrias, mas também as preocupações e anseios perante a imprevisibilidade do destino. D. Catarina viu seis dos seus filhos desaparecerem em tenra idade, e os outros dois em adultos; D. Maria, casada com Filipe II de Espanha, com dezassete anos, não sobreviveu ao parto do seu primeiro filho, e o príncipe D. João, herdeiro do trono, morreu dezoito dias antes do nascimento de D. Sebastião.

Os infantes eram criados por amas-de-leite, mas a educação era responsabilidade das rainhas, presença constante junto dos filhos, coordenando os mestres e inculcando as bases da devoção religiosa.

As rainhas que sobreviveram aos maridos conheceram diferentes destinos: Leonor de Áustria regressou à corte do imperador, seu irmão; Leonor de Lencastre exerceu brevemente a regência na ausência de D. Manuel, mas não tardou em deixar o protagonismo da corte para se dedicar à oração e ao mecenato artístico; Leonor de Aragão, rapidamente afastada da regência pelos cunhados, seria obrigada a fugir para Castela, onde viria a morrer na pobreza e abandono, possivelmente vítima de envenenamento; e Catarina de Áustria, fazendo-se valer de toda a perícia, diplomacia e do estatuto de irmã do imperador, tornou-se regente do reino e responsável pela educação de D. Sebastião, vindo a morrer pouco antes do neto, no mesmo ano da Batalha de Alcácer Quibir.

Para além do protagonismo que assumiram ou do relevo que tiveram enquanto dinamizadoras da cultura e das artes, pretendeu-se traçar o perfil daquelas que foram filhas, irmãs, mulheres e mães dos homens mais poderosos na Europa do seu tempo, submetendo por isso as suas vidas aos interesses dinásticos e nacionais.